



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

TERMO DE CONTRATO Nº 164 /21

**Processo Administrativo:** PMC.2021.00006857-58

**Interessado:** Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública – 7º Grupamento de Bombeiros

**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 212/21

O **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.885.242/0001-40, com sede na Avenida Anchieta, nº 200, Centro, CEP: 13.015-904, Campinas, Estado de São Paulo, devidamente representado, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **R. SANTOS COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL EIRELI - EPP.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.719.071/0001-65, por seu representante legal, doravante denominada **CONTRATADA**, acordam firmar o presente instrumento de Contrato, em conformidade com o Processo Administrativo em epígrafe, o qual é de pleno conhecimento das partes, integrando o presente instrumento como se transcrito estivesse, sujeitando-se as partes às condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

## PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento contínuo de gêneros alimentícios, em conformidade com as especificações e quantidades constantes do Anexo I – Especificações dos Itens, e nas condições estabelecidas neste instrumento.

## SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

2.1. O fornecimento, objeto desta contratação, deverá ser executado em conformidade com o estabelecido no Anexo III – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

ROSALINA  
DOS  
SANTOS:  
04205787650

Assinado digitalmente por ROSALINA  
DOS SANTOS 04205787650  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria  
da Receita Federal do Brasil - RFB,  
OU=RFB-eCPF-A1, OU=VALID, OU=AR  
JM GROUP, OU=Presencial,  
OU=2863215800100, CN=ROSALINA  
DOS SANTOS 04205787650  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2021-10-08 16:37:20  
Font Reader Versão: 9.3.0



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

## TERCEIRA – DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

3.1. O contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de recebimento da primeira "Ordem de Início de Fornecimento", emitida pela Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública - 7º Grupamento de Bombeiros, após a assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, estabelecido no artigo 57. inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

## QUARTA – DOS PREÇOS

4.1. Pelo serviço objeto deste Contrato, fará jus a Contratada ao recebimento dos preços abaixo discriminados:

Item	Código PMC	Descrição (*)	Un.	Quant. Total	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	14.410	AÇÚCAR REFINADO	KG	3.360	4,00	13.440,00
02	48.632	ARROZ (AGULHINHA) TIPO I	PÇ	1.200	19,14	22.968,00
03	73.880	AZEITONA VERDE EM CONSERVA	PÇ	48	46,78	2.245,44
04	14.375	FEIJÃO CARIOQUINHA TIPO I	KG	3.180	6,80	21.624,00
05	42.111	FEIJÃO PRETO TIPO I	KG	240	7,30	1.752,00
07	14.311	LEITE CONDENSADO	PÇ	720	5,25	3.780,00
08	14.517	ÓLEO DE SOJA VEGETAL	PÇ	2.640	8,48	22.387,20
<b>Valor Total (R\$)</b>						<b>88.196,64</b>

4.2. As partes atribuem a este Contrato, para efeito de direito, o valor global de R\$ 88.196,64 (oitenta e oito mil, cento e noventa e seis reais e sessenta e quatro centavos).

4.3. Estão incluídos nos preços todos os custos operacionais de sua atividade e os tributos eventualmente incidentes, as demais despesas diretas e indiretas, bem como a desoneração da folha de pagamento em cumprimento à Lei Federal nº 12.546/2011 e suas alterações, quando constituir direito e opção da empresa, não cabendo à Municipalidade nenhum custo adicional.

## QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas referentes ao presente Contrato foram previamente empenhadas e processadas por conta de verba própria do orçamento vigente, codificadas no orçamento municipal conforme documento SEI nº 4140233, sob os números abaixo transcritos, conforme consta do processo administrativo:

- 16140-28.182.1010.4059.0000-3.3.90.30

ROSALINA  
DOS SANTOS  
04205787650

Assinado digitalmente por ROSALINA DOS SANTOS:04205787650  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=VALID, OU=AR JM GROUP, OU=Presencial, OU=28832158000100, \*CN=ROSALINA DOS SANTOS:04205787650  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2021-10-08 16:37:45  
Foxit Reader Versão: 9.3.0



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

5.2. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programa, ficando o Contratante obrigado a apresentar no início de cada exercício a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária.

## SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os valores contratados serão reajustados após o período de 12 (doze) meses, a partir da data da proposta, ou do último reajuste, de acordo com a seguinte fórmula:

Item 01 – Açúcar:

$$PR = P0 \times 1 + (\text{variação acumulada do IPCA – IBGE – Açúcar1 até o IPCA – IBGE - Açúcar12}) \text{ Geral12}$$

Onde:

PR = Valores reajustados;

P0 = Valores contratados vigentes;

IPCA – IBGE – Açúcar = Índice de Preços ao Consumidor – subitem 1104003. Açúcar, publicado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IPCA – IBGE – Açúcar1 = Índice do mês da data da apresentação das propostas;

IPCA – IBGE – Açúcar12 = Índice do 12º mês contado a partir do mês da apresentação da proposta.

Item 02 – Arroz:

$$PR = P0 \times 1 + (\text{variação acumulada do IPCA – IBGE – Arroz1 até o IPCA – IBGE - Arroz12}) \text{ Geral12}$$

Onde:

PR = Valores reajustados;

P0 = Valores contratados vigentes;

IPCA – IBGE – Arroz = Índice de Preços ao Consumidor – subitem 1101002. Arroz, publicado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IPCA – IBGE – Arroz1 = Índice do mês da data da apresentação das propostas;

IPCA – IBGE – Arroz12 = Índice do 12º mês contado a partir do mês da apresentação da proposta.

Item 03 – Azeitona:

$$P0 \times 1 + (\text{variação acumulada do IPCA – IBGE – Azeitona1 até o IPCA – IBGE - Azeitona 12})$$

ROSALINA  
DOS  
SANTOS:  
04205787650

Assinado digitalmente por ROSALINA DOS SANTOS:04205787650  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=VALID, OU=AR JM GROUP, OU=Presencial, OU=29832198000100, CN=ROSALINA DOS SANTOS:04205787650  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2021-10-08 16:38:10  
Foxit Reader Versão: 9.3.0



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## Secretaria Municipal de Justiça

Onde:

PR = Valores reajustados;

P0 = Valores contratados vigentes;

IPCA – IBGE – Azeitona = Índice de Preços ao Consumidor – subitem 1115057. Azeitona, publicado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IPCA – IBGE – Azeitona1 = Índice do mês da data da apresentação das propostas;

IPCA – IBGE – Azeitona12 = Índice do 12º mês contado a partir do mês da apresentação da proposta.

Item 04 – Feijão Cariquinha:

PR = P0 X 1 + (variação acumulada do IPCA – IBGE – Feijão Cariquinha1 até o IPCA – IBGE – Feijão Cariquinha12)

Onde:

PR = Valores reajustados;

P0 = Valores contratados vigentes;

IPCA – IBGE – Feijão Cariquinha = Índice de Preços ao Consumidor – subitem 1101073. Feijão - Carioca (rajado), publicado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IPCA – IBGE – Feijão Cariquinha1 = Índice do mês da data da apresentação das propostas;

IPCA – IBGE – Feijão Cariquinha12 = Índice do 12º mês contado a partir do mês da apresentação da proposta.

Item 05 – Feijão Preto:

PR = P0 X 1 + (variação acumulada do IPCA – IBGE – Feijão Preto1 até o IPCA – IBGE - Feijão Preto12)

Onde:

PR = Valores reajustados;

P0 = Valores contratados vigentes;

IPCA – IBGE – Feijão Preto = Índice de Preços ao Consumidor – subitem 1101052. Feijão - Preto, publicado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IPCA – IBGE – Feijão Preto1 = Índice do mês da data da apresentação das propostas;

IPCA – IBGE – Feijão Preto12 = Índice do 12º mês contado a partir do mês da apresentação da proposta.

Item 07 – Leite Condensado:

PR = P0 X 1 + (variação acumulada do IPCA – IBGE – Leite Condensado1 até o IPCA – IBGE - Leite Condensado12)

ROSALINA  
DOS SANTOS  
04205787650

Assinado digitalmente por ROSALINA DOS SANTOS:04205787650  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB-e-CPF A1, OU=VALID, OU=AR JM GROUP, OU=Presencial, OU=29832158900100, CN=ROSALINA DOS SANTOS:04205787650  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2021-10-08 16:38:32  
Foxit Reader Versão: 9.3.0

ant



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## Secretaria Municipal de Justiça

Onde:

PR = Valores reajustados;

P0 = Valores contratados vigentes;

IPCA – IBGE – Leite Condensado = Índice de Preços ao Consumidor – subitem 1111008. Leite Condensado, publicado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IPCA – IBGE – Leite Condensado1 = Índice do mês da data da apresentação das propostas;

IPCA – IBGE – Leite Condensado12 = Índice do 12º mês contado a partir do mês da apresentação da proposta.

Item 08 – Óleo de Soja:

$PR = P0 \times 1 + (\text{variação acumulada do IPCA – IBGE – Óleo de Soja1 até o IPCA – IBGE – Óleo de Soja12})$

Onde:

PR = Valores reajustados;

P0 = Valores contratados vigentes;

IPCA – IBGE – Óleo de Soja = Índice de Preços ao Consumidor – subitem 1113013. Óleo de Soja, publicado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IPCA – IBGE – Óleo de Soja1 = Índice do mês da data da apresentação das propostas;

IPCA – IBGE – Óleo de Soja12 = Índice do 12º mês contado a partir do mês da apresentação da proposta.

6.2. No caso da impossibilidade em se obter a variação acumulada de um ou mais índices acima este(s) será(ão) automaticamente substituído(s) pelo IPCA - Índice Geral, mantendo-se o mesmo período de cálculo e vigência do reajuste.

**ROSALINA DOS SANTOS:**  
04205787650

Assinado digitalmente por ROSALINA DOS SANTOS:  
04205787650  
DN: C=BR, OU=CP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB - CPF A1, OU=VALID, OU=AR-JM GROUP, OU=Previdenci, OU=29832158000100, CN=ROSALINA DOS SANTOS,OU=04205787650  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2021-10-08 16:38:58  
Foxit Reader Versão: 9.3.0

6.3. A apreciação de eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pela Contratante, sob amparo do que prescreve o Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, dependerá de comprovação, pela Contratada, da quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual, tais como notícias de jornais e da internet, análises conjunturais e econômicas, ou, caso se aplique, a criação ou alteração de tributos ou de encargos legais ou ainda a superveniência de disposições legais que tenham impacto sobre o preço contratado.

6.3.1. A autorização de revisão dos preços contratados dependerá de aprovação pela Contratante, após análise técnica, contemplando os pagamentos dos serviços realizados a partir da data do protocolo do pedido de revisão no Protocolo Geral da Contratante, ou da data de vigência da criação ou alteração de tributos ou, ainda, da superveniência de disposições legais.

*cmf*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## Secretaria Municipal de Justiça

6.3.2. Enquanto as solicitações de revisão de preços contratados estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender os serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

6.3.3. A Contratante, nos casos de revisão de preços, irá lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar, inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos pagamentos dos serviços realizados a partir da data do protocolo do pedido de revisão no Protocolo Geral da Contratante, ou da data de vigência da criação ou alteração de tributos ou, ainda, da superveniência de disposições legais.

6.3.4. Na hipótese de revisão de preços a favor da Municipalidade, esta deverá comprovar, através de pesquisa de mercado ou qualquer outro parâmetro aplicável, o desequilíbrio econômico-financeiro dos valores constantes do Contrato.

### SÉTIMA – DA GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO

7.1. A Contratada apresenta garantia do adimplemento das condições aqui estabelecidas no valor de R\$ 4.409,83 (quatro mil quatrocentos e nove reais e oitenta e três centavos), calculado na base de 5% (cinco por cento) do valor anual do Contrato, recolhida na Secretaria Municipal de Finanças.

7.2. A garantia total será retida se a Contratada der causa ao desfazimento do Contrato, para que o Contratante possa se ressarcir, em parte, dos prejuízos experimentados.

7.3. No caso de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária, a Contratada deverá providenciar sua prorrogação ou substituição, com antecedência ao seu vencimento, independentemente de notificação, de forma a manter a garantia contratual até o encerramento do Contrato.

7.4. Após o término do Contrato, desde que cumpridas todas as obrigações assumidas, a garantia de que trata este item será liberada, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do requerimento do interessado, por intermédio do Protocolo Geral, dirigido à Secretaria Gestora que deverá se manifestar quanto à execução contratual e encaminhar à Secretaria Municipal de Justiça. A liberação se dará mediante autorização do Secretário Municipal da Unidade Gestora, após parecer da Procuradoria-Geral do Município.

**ROSALINA  
DOS SANTOS:  
04205787650**

Assinado digitalmente por ROSALINA DOS SANTOS:  
04205787650  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=VALID,  
OU=AR JM GROUP, OU=Presencial,  
OU=29832158000100, CN=ROSALINA DOS SANTOS:  
04205787650  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2025.10.08 16:38:21  
Foxit Reader Versão: 9.3.0

7.4.1. No caso de prestação de garantia na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária, o interessado terá o prazo de 06 (seis) meses, a contar do término do Contrato para requerer sua devolução, sob pena de inutilização da carta de fiança e da apólice do seguro pela Secretaria

*Amf*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## Secretaria Municipal de Justiça

Municipal de Finanças, que realizará a baixa dos registros contábeis do Município, após manifestação do Secretário Municipal da unidade gestora sobre o recebimento definitivo do objeto contratual.

### OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1. No ato da entrega dos produtos, a Contratada apresentará a Nota Fiscal correspondente à Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública - 7º Grupamento de Bombeiros, a qual terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, para aprová-la ou rejeitá-la.
- 8.2. A Nota Fiscal não aprovada será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 8.1, a partir da data de sua reapresentação.
- 8.3. A devolução da Nota Fiscal não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a Contratada suspenda o fornecimento.
- 8.4. O Contratante efetuará o pagamento no prazo de 10 (dez) dias fora a dezena, contados da data do aceite da Nota Fiscal pela Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública - 7º Grupamento de Bombeiros.

### NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a:

- 9.1.1. Não possuir administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente político ou Vereador de Campinas, em cumprimento à vedação do art. 7º do Decreto Municipal nº 17.437/11;
- 9.1.2. Arcar com todos os custos decorrentes dos transportes dos produtos até o local de entrega;
- 9.1.3. Arcar com todas as despesas relativas ao objeto contratado deste edital e todos os tributos incidentes, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;
- 9.1.4. Indicar um preposto, com poderes para representar a empresa Contratada, em tudo o que se relacionar com o fornecimento;
- 9.1.5. Observar atentamente todas as determinações legais municipais, estaduais e federais,

**ROSALINA DOS  
SANTOS:  
04205787650**

Assinado digitalmente por ROSALINA DOS SANTOS:  
04205787650  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=VALID, OU=AR JM  
GROUP, OU=Presencial, OU=29832158000100,  
CN=ROSALINA DOS SANTOS-04205787650  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2021-10-08 16:39:41  
Foxit Reader Versão: 9.3.0



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

relativas ao momento de pandemia em razão do novo coronavírus (COVID-19), como os Decretos Municipais nº 20.774/2020 e nº 21.519/2021 e suas respectivas alterações posteriores, sem prejuízo das próximas alterações que estão por vir;

9.1.6. Cumprir as demais condições contidas no edital do Pregão Eletrônico nº 212/2021 e em seus anexos.

## DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. O Contratante obriga-se a:

10.1.1. Fornecer à Contratada a Ordem de Início de Fornecimento e as Ordens de Fornecimento, que serão expedidas pela Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública - 7º Grupamento de Bombeiros;

10.1.2. Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários ao fornecimento;

10.1.3. Efetuar os pagamentos devidos.

## DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Por descumprimento de cláusulas contratuais ou pela inexecução total ou parcial do contrato, a contratada poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer as seguintes penalidades, de acordo com gravidade da falta (Artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02):

11.1.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade para as quais tenha a contratada concorrido diretamente.

11.1.2. Multa, nas seguintes situações:

11.1.2.1. de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor da Ordem de Fornecimento, por dia de atraso na retirada da Ordem de Fornecimento, até o 5º (quinto) dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser promovida a rescisão unilateral do contrato.

**ROSALINA DOS  
SANTOS:**

**04205787650**

11.1.2.2. de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor da Ordem de Fornecimento, por dia de atraso injustificado em realizar o fornecimento, após a retirada da ordem

Assinado digitalmente por ROSALINA DOS SANTOS:  
04205787650  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB-e-CPF A1, OU=VALID, OU=AR JM GROUP, OU=Presencial, OU=29832158000100, CN=ROSALINA DOS SANTOS:04205787650  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2021-10-08 16:40:14  
Foxit Reader Versão: 9.3.0

*cmj*





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

## Secretaria Municipal de Justiça

correspondente, até o 5º (quinto) dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser promovida a rescisão unilateral do contrato.

11.1.2.3. de até 30% (trinta por cento) do valor da inadimplência, em caso de qualquer descumprimento contratual, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato pela Administração, garantida a defesa prévia.

11.1.3. Suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Campinas, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nas hipóteses de a Contratada ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado ou der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

11.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, na hipótese de praticar atos fraudulentos na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ou apresentar documento falso.

11.2. No caso de declaração de inidoneidade, a empresa penalizada poderá, após decorrido o prazo de 05 (cinco) anos da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e desde que cessados os motivos determinantes da punição.

11.3. As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente, ou descontadas dos créditos da empresa Contratada.

11.4. As penalidades previstas nos subitens 11.1.1, 11.1.3 e 11.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas nesta Cláusula.

11.5. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a Contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Contratante.

11.6. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

### DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

ROSALINA  
DOS SANTOS  
04205787650

Assinado digitalmente por ROSALINA DOS SANTOS:04205787650  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=VALID, OU=AR JM GROUP, \*OU=Presencial, OU=298332158000100, \*CN=ROSALINA DOS SANTOS:04205787650  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2021-10-08 16:40:34  
Foxit Reader Versão: 9.3.0

12.1. A inexecução total ou parcial, deste Contrato, enseja sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

80 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

12.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da lei mencionada; ou

12.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; ou

12.3.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

12.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.5. Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados ao CONTRATANTE os direitos elencados no artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

## DÉCIMA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO

13.1. No recebimento e aceitação do objeto deste Contrato, será observado, no que couber, as disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2. Para o recebimento do objeto desta contratação, serão observadas as condições previstas no edital do Pregão Eletrônico nº 212/2021 e seus anexos.

13.3. O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as condições contratuais e os seus anexos.

## DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1. Aplica-se aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 10.520/02, nos Decretos Municipais nº 14.218/03 e 14.356/03, na Lei Complementar nº 123/06, no Decreto Municipal nº 16.187/08, e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93, e respectivas alterações.

## DÉCIMA QUINTA – DA LICITAÇÃO

**ROSALINA  
DOS SANTOS  
04205787650**

Assinado digitalmente por ROSALINA DOS SANTOS:04205787650  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=VALID, OU=AR JM GROUP, OU=Presencial, OU=2983215900100, CN=ROSALINA DOS SANTOS:04205787650  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2021-10-08 16:40:51  
Foxit Reader Versão: 9.3.0



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

15.1. Para a execução do objeto do presente Contrato, foi realizada licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 212/2021, cujos atos encontram-se no Processo Administrativo PMC.2021.00006857-58.

## DÉCIMA SEXTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

16.1. Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o instrumento convocatório da licitação, proposta vencedora e ANEXOS. O presente Contrato vincula-se ao ato homologatório da licitação e à Ata da Sessão Pública constante no documento SEI nº 4413854 do Processo Administrativo em epígrafe.

## DÉCIMA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO, DA CESSÃO E DA TRANSFERÊNCIA

17.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência do objeto deste Contrato.

## DÉCIMA OITAVA – DO PESSOAL

18.1. O pessoal que a CONTRATADA empregar para a execução do fornecimento ora avençado não terá relação de emprego com o CONTRATANTE e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos. No caso de vir o CONTRATANTE a ser acionado judicialmente, a Contratada o ressarcirá de toda e qualquer despesa que, em decorrência disso, venha a desembolsar.

## DÉCIMA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

19.1. O Contratante, por meio da Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública - 7º Grupamento de Bombeiros, efetuará a fiscalização do fornecimento a qualquer instante, solicitando à Contratada, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar ao Contratante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento do contrato ou o resultado final do fornecimento.

19.2. No desempenho de suas atividades, é assegurado aos órgãos fiscalizadores o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os seus termos e condições.

19.3. A ação ou omissão, total ou parcial, dos órgãos fiscalizadores não eximirá a Contratada da total responsabilidade de fornecer os produtos, com toda cautela e boa técnica.

## VIGÉSIMA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

20.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campinas/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

10 NOV. 2021

Campinas, \_\_\_\_\_

**CHRISTIANO BIGGI DIAS**

Secretário Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública

**ROSALINA DOS  
SANTOS:  
04205787650**

Assinado digitalmente por ROSALINA DOS SANTOS:  
04205787650  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal  
do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=VALID, OU=AR JM  
GROUP, OU=Presencial, OU=29832158000100,  
CN=ROSALINA DOS SANTOS:04205787650  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2021-10-08 16:41:36  
Foxit Reader Versão: 9.3.0

**R. SANTOS COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL EIRELI - EPP.**

Representante Legal:

CPF nº



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

## TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

**Processo Administrativo:** PMC.2021.00006857-58

**Interessado:** Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública – 7º Grupamento de Bombeiros

**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 212/21

**Contratante:** Município de Campinas

**Contratada:** R. SANTOS COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL EIRELI - EPP.

**Contrato nº** 164 /21

**Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento contínuo de gêneros alimentícios.

**ADVOGADO (S)/ Nº OAB/e-mail:** (\*) \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Campinas, \_\_\_\_\_

10 NOV. 2021

**ROSALINA  
DOS SANTOS  
04205787650**

Assinado digitalmente por ROSALINA DOS SANTOS:  
04205787650  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1,  
OU=VALID, OU=AR JM GROUP, OU=Presencial,  
OU=29832158000109, CN=ROSALINA DOS  
SANTOS.04205787650  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2021-10-08 16:42:08  
Foxit Reader Versão: 9.3.0



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Justiça

## AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Dario Jorge Giolo Saadi

Cargo: Prefeito do Município de Campinas

CPF: 102.384.108-89

## RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Maria Emilia de Arruda Faccioni

Cargo: Secretária Municipal de Administração

CPF: 841.512.188-15

Assinatura: (no SEI)

## RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: Christiano Biggi Dias

Cargo: Secretário Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública

CPF: 287.751.008-51

Assinatura:  

Pela contratada:

**ROSALINA DOS SANTOS:04205787650**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

E-mail de contato: [rsantosalimentos@gmail.com](mailto:rsantosalimentos@gmail.com)

Assinatura: \_\_\_\_\_

Assinado digitalmente por ROSALINA DOS SANTOS:04205787650  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=VALID, OU=AR JM GROUP, OU=Presencial, OU=2983215800100, CN=ROSALINA DOS SANTOS:04205787650  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2021-10-08 16:42:28  
Foxit Reader Versão: 9.3.0

## ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Christiano Biggi Dias

Cargo: Secretário Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública

CPF: 287.751.008-51

Assinatura:  

(\*). Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.